



A IMPORTÂNCIA DO EDUCADOR SOCIAL NO BRASIL

MARIANE DE SOUZA; FILIPE ANDRADE BERNARDI

RESUMO

Num cenário marcado pela invisibilidade e desvalorização do educador social, este estudo investiga a relevância da educação social no Brasil, analisando como este profissional é representado, valorizado e reconhecido. Apesar da sua atuação ser essencial na promoção da inclusão e transformação social, a falta de regulamentação e reconhecimento formal limita o seu impacto e dificulta o fortalecimento da profissão. Esta investigação tem como objetivos: (i) compreender os desafios que afetam o reconhecimento e a regulamentação do educador social; (ii) explorar as suas contribuições para o desenvolvimento social; (iii) analisar a situação atual da profissão no Brasil; e (iv) identificar o papel das associações e movimentos que defendem esta causa. A abordagem qualitativa do estudo baseia-se na análise documental e na análise de conteúdo, recorrendo a fontes bibliográficas e regulamentações existentes no âmbito da educação social. Este método permite compreender os entraves institucionais e sociais enfrentados pelos educadores sociais, além de propor caminhos que possam contribuir para a sua valorização e fortalecimento. Os resultados apontam para uma evidente lacuna na regulamentação da profissão, agravada pela ausência de políticas públicas que reconheçam a importância estratégica do educador social na promoção da justiça social. Verificou-se que, em contextos específicos, a atuação desses profissionais é essencial para a redução de desigualdades e para o fortalecimento de comunidades vulneráveis, mas permanece amplamente subestimada. A análise também evidenciou que iniciativas lideradas por associações regionais têm tido um impacto limitado devido à falta de articulação nacional e apoio institucional. Este trabalho contribui para o debate acerca do papel do educador social, propondo caminhos para a sua regulamentação e fortalecimento. Os resultados impulsionam a criação de políticas públicas que promovam o reconhecimento da profissão e reforcem o seu papel como agente de transformação social no Brasil.

Palavras-chave: Inclusão; Regulamentação; Valorização.

1 INTRODUÇÃO

O educador social tem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, atuando diretamente com indivíduos e comunidades em situação de vulnerabilidade. Este profissional promove a inclusão social, o desenvolvimento comunitário e a redução de desigualdades através de ações educativas em espaços como escolas, abrigos, centros comunitários, hospitais e programas socioeducativos. A sua atuação é guiada por princípios éticos e pedagógicos, contribuindo para o fortalecimento das capacidades dos indivíduos e a transformação social (Azevedo *et al.*, 2017).

No Brasil, a profissão é reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) desde 2009, porém enfrenta dificuldades relacionadas à regulamentação e à valorização social e profissional. A ausência de uma legislação específica e a carência de formação superior para o exercício da atividade refletem a desvalorização da profissão e limitam o seu potencial de impacto nas políticas públicas e sociais (Bauli & Müller, 2020). Essas barreiras prejudicam o fortalecimento da identidade profissional e a inclusão dos educadores sociais na sociedade, o

que compromete o reconhecimento da educação social como ferramenta transformadora (Oliveira *et al.*, 2023).

Para compreender os desafios enfrentados na contemporaneidade, é importante analisar as raízes históricas da profissão no Brasil. A educação social emergiu nas décadas de 1970 e 1980, em contexto de intensa luta por direitos sociais e democratização do país. Nesse período, o educador social consolidou-se como uma figura de resistência e transformação, ampliando as suas funções para além do trabalho de rua com crianças e adolescentes, atuando em espaços como escolas, hospitais, projetos culturais e programas socioeducativos (Serapicos, 2006; Azevedo *et al.*, 2017).

A formação é o alicerce central para superar esses desafios. A literatura destaca que a ausência de uma formação estruturada em nível superior dificulta o desenvolvimento de competências fundamentais para enfrentar as demandas da prática profissional (Bauli & Müller, 2020). Conforme Serapicos (2006), a formação continuada, associada a valores éticos e à investigação aplicada, é essencial para que o educador social possa atuar com eficiência em contextos de alta vulnerabilidade. No Brasil, essa ausência formativa é especialmente evidente quando comparada a países europeus, como Portugal, onde os cursos de graduação e pós-graduação em educação social promovem a integração de competências pedagógicas, sociais e culturais (Machado *et al.*, 2014; Ferreira, 2016).

Além da formação, a visibilidade e o reconhecimento da profissão são fatores indispensáveis para o fortalecimento do educador social. Há uma grande confusão entre o papel desse profissional comparado com outros profissionais, como assistentes sociais ou animadores sociais, evidenciando a necessidade de uma identidade profissional clara e bem definida. A falta de regulamentação, aliada a condições precárias de trabalho, e as várias funções que lhe são atribuídas, dificulta não apenas o exercício da profissão, mas também a movimentação coletiva em prol da valorização dessa atividade essencial para a luta de desigualdades sociais (Bauli & Müller, 2020; Oliveira *et al.*, 2023).

Neste estudo, analisam-se os desafios enfrentados pelos educadores sociais no Brasil, incluindo as lacunas na regulamentação, os fatores que influenciam a formação e a atuação profissional, bem como as possibilidades de fortalecimento da identidade e do reconhecimento social da profissão. O trabalho contribui para a compreensão desses desafios e propõe caminhos que promovam uma educação social mais estruturada, eficaz e alinhada aos princípios de inclusão e justiça social.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A Este estudo utilizou-se uma abordagem qualitativa, com foco na análise documental e na análise de conteúdo, para investigar os desafios enfrentados pelos educadores sociais no Brasil. Os métodos qualitativos de pesquisa são abordagens que buscam compreender os fenômenos sociais através da interpretação detalhada de dados descritivos. Este método permite aos pesquisadores examinarem em profundidade os significados, percepções e interpretações dos participantes, valorizando o conhecimento prático e o senso comum. Além disso, enfatiza a representatividade dos dados, reconhecendo cada indivíduo como uma expressão única de sua cultura e contexto social (Souza & Costa 2018).

A escolha dessa abordagem justifica-se pela sua capacidade de explorar profundamente fenômenos sociais complexos e compreender as dinâmicas e práticas associadas à atuação dos educadores sociais (Ujiie *et al.* 2009). A análise documental, consiste no exame sistemático de materiais escritos, visuais ou digitais previamente existentes, permitindo identificar padrões e tendências em dados secundários. Já a análise de conteúdo foca na interpretação objetiva e sistemática de mensagens contidas nos documentos, sendo utilizada para categorizar e identificar padrões temáticos significativos (Junior *et al.* 2021).

Para realização da análise documental foram examinadas fontes de informações como

leis e projetos de leis disponíveis no portal da Câmara de Deputados (<https://www.camara.leg.br/>). As fontes de dados científicas utilizadas foram as bases *Education Resources Information Center* (ERIC), SCOPUS e repositórios acadêmicos (Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal - RCAAP). A literatura cinzenta também foi consultada através do buscador do Google Acadêmico onde foram realizadas buscas manuais, de referências a teses e dissertações. Esses documentos fazem parte da literatura cinzenta porque não são publicados em mídia comercial. A busca por essas fontes pode reduzir o viés de publicação, aumentar a abrangência e a atualidade das revisões e fornecer uma imagem equilibrada das informações disponíveis (Paez, 2017).

Os dados coletados foram organizados e interpretados com base na literatura científica, permitindo compreender os principais desafios enfrentados por estes profissionais e destacando a necessidade de avanços estruturais para o fortalecimento da área. As medidas adotadas para minimizar o risco de exclusão de estudos que não foram publicados em periódicos científicos incluíram o uso de bancos de dados de literatura cinzenta, repositórios de pré-publicação, registros de ensaios clínicos e conferências científicas. Por fim, sites especializados, canais de YouTube, redes sociais de apoio a causa, blogues e páginas de associações relacionadas ao tema também foram verificados.

Para a seleção dos documentos levantados na análise documental, foi utilizada a ferramenta ResearchRabbit, desenvolvida em 2021. A mesma destacou-se como suporte no processo de descoberta, organização e análise da literatura científica relacionada a este estudo. Baseada em inteligência artificial, o ResearchRabbit recomenda publicações acadêmicas e explora as suas conexões de forma interativa, utilizando mapas de visualização e listas organizadas de trabalhos anteriores, posteriores e similares. Este método apoiou a busca não estruturada de publicações, proporcionando um fluxo sequencial que facilita o rastreamento das explorações realizadas (Cole & Boutet, 2023).

Complementarmente, a ferramenta Google NotebookLM, lançada em 2024, foi utilizada para transformar os documentos selecionados em materiais pedagógicos interativos, guias de estudo e podcasts. Este processo incluiu a transcrição e formatação dos documentos, o upload para a plataforma e a configuração da ferramenta para gerar conteúdos educacionais. Os materiais gerados foram avaliados quanto à precisão e relevância pedagógica e ajustados, quando necessário, para assegurar sua adequação ao contexto da pesquisa. Essa abordagem não apenas economizou tempo, mas também fomentou aprendizagens ativas e diversificadas, tornando o uso de documentos históricos mais acessível e interativo (Huffman & Hutson, 2024).

Para conduzir a análise de conteúdo, foi adotada uma abordagem indutiva, permitindo que categorias e padrões emergissem diretamente dos dados analisados. Durante o processo, os materiais foram lidos e relidos cuidadosamente, com a aplicação de códigos que identificaram ideias centrais relacionadas à regulamentação, ao reconhecimento profissional e à formação. Esses códigos foram posteriormente organizados em temas maiores, de forma a refletir as interconexões entre os diferentes aspectos da atuação do educador social.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicaram que a ausência de uma regulamentação formal é uma das principais barreiras para a valorização profissional, impactando diretamente as condições de trabalho e a identidade dos educadores sociais. A falta de exigência de formação superior foi identificada como uma dificuldade para o desenvolvimento de competências adequadas, limitando a atuação em contextos complexos e a eficácia das políticas sociais em que esses profissionais estão inseridos. O reconhecimento social da profissão ainda é insuficiente, sendo frequentemente confundida com outras áreas, como a assistência social. Contudo, as iniciativas promovidas por associações e redes sociais demonstraram um papel relevante no fortalecimento da identidade coletiva dos educadores sociais, contribuindo para sua visibilidade e

representatividade.

A ausência de uma regulamentação formal como entrave para a consolidação da profissão revela que, somada a falta de reconhecimento legal, dificulta a popularização dos educadores sociais frente a sociedade. Com isso, há a precarização do trabalho, baixos salários e condições laborais adversas que afetam diretamente a qualidade de desempenho profissional e o interesse como carreira é valorizada. Estes fatores afetam diretamente a atratividade da profissão e a garantia de direitos trabalhistas. Estudos prévios reforçam essa questão, indicando que a regulamentação é essencial para consolidar uma identidade profissional sólida e garantir condições dignas de trabalho (Bauli & Müller, 2020).

Este impacto em diferentes dimensões da profissão, incluem além de condições de trabalho e identidade profissional, a necessidade de inserção de discussões sobre políticas públicas efetivas. A análise revelou que a falta de regulamentação na profissão de educador social gera diversos impactos significativos. Entre eles, destacam-se as condições precárias de trabalho, caracterizadas por baixos salários e a ausência de benefícios, o que afeta diretamente a qualidade de vida dos profissionais. Além disso, a profissão é frequentemente confundida com outras áreas, como a assistência social, prejudicando sua identidade e reconhecimento. Outro aspecto importante é a pouca representatividade da profissão nas políticas públicas, o que limita sua integração em iniciativas educacionais e sociais mais amplas. Esses fatores reforçam a necessidade urgente de regulamentação para garantir condições dignas de trabalho, fortalecer a identidade profissional e ampliar a atuação em políticas públicas.

A lacuna na formação dos educadores sociais no Brasil também foi amplamente evidenciada na análise. A inexistência de uma exigência mínima de formação superior limita a qualificação desses profissionais, dificultando a sua capacidade de lidar com as complexidades das situações enfrentadas no cotidiano. Uma formação contínua e específica é apontada como indispensável para o desenvolvimento de competências pedagógicas e sociais, como destacado por autores como Serapicos (2006) e Machado *et al.* (2014). Essa limitação formativa não apenas impacta o desempenho individual dos profissionais, mas também compromete a eficácia das políticas sociais em que estão inseridos.

Outro ponto central identificado na análise foi o reconhecimento da profissão. A confusão entre o papel do educador social e de outros profissionais, como assistentes sociais, afeta negativamente a visibilidade e valorização da profissão. Apesar desses desafios, iniciativas promovidas por associações e redes sociais têm desempenhado um papel significativo no fortalecimento da identidade coletiva dos educadores sociais. Esses espaços de colaboração contribuem para aumentar a visibilidade da profissão, promovendo debates e ações que direcionam o seu reconhecimento formal e social (Oliveira *et al.*, 2023).

Os resultados deste estudo estão alinhados com as conclusões de Bauli e Müller (2020), que destacam a importância de uma regulamentação clara e de políticas públicas para a valorização da profissão. A relevância da formação superior também é fundamentada por Serapicos (2006), que argumenta que a ausência de qualificação adequada limita o impacto social do educador social. A análise demonstrou que a combinação de regulamentação, formação qualificada e fortalecimento do reconhecimento social é essencial para promover a eficácia profissional e a justiça social.

Na busca por compreender a situação atual das legislações que regulamentam a profissão de educador social no Brasil, destaca-se o Projeto de Lei n.º 2.941, de 2019, (https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2093383) que visa regulamentar a profissão de educador social. Este projeto define a profissão como de caráter pedagógico e social, relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas. O campo de atuação proposto abrange contextos educativos diversos, tanto dentro quanto fora dos âmbitos escolares, envolvendo ações com variadas populações em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, conforme as políticas públicas estabelecidas por órgãos

federais, estaduais, distritais ou municipais.

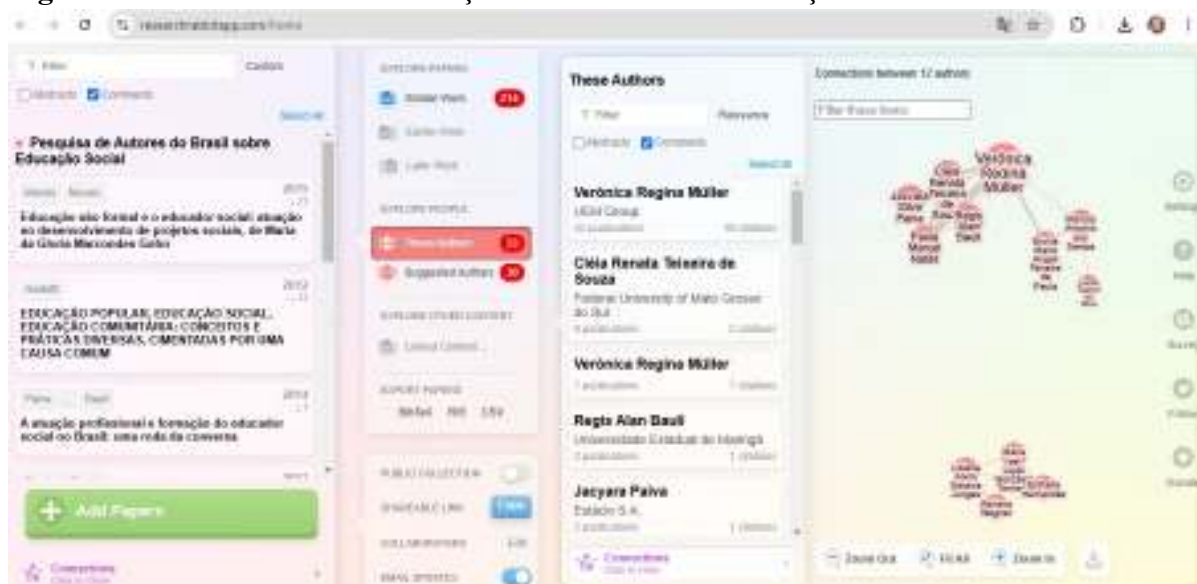
O projeto de lei propõe que os profissionais da área sejam formados em cursos de ensino superior, em nível de graduação, permitindo, contudo, a escolaridade mínima de nível médio para aqueles que já estiverem no exercício da profissão no momento de sua entrada em vigor. Essa tramitação representa um avanço significativo no reconhecimento e valorização dos educadores sociais, ao buscar assegurar direitos e estabelecer atribuições claras para a profissão. Contudo, o projeto ainda aguarda deliberação na Câmara dos Deputados, evidenciando a necessidade de maior articulação política e debates para garantir a sua aprovação e implementação.

No estudo foram utilizadas plataformas de redes sociais para aprofundar o conhecimento sobre as funções do educador social no Brasil. No YouTube, foi encontrado um canal que se mostrou essencial para a obtenção de informações. Uma educadora social, com nove anos de experiência, realiza diversas publicações que auxiliam na compreensão do cotidiano e dos desafios enfrentados por esses profissionais no Brasil. Em seus vídeos e nas páginas do Instagram, compartilha a sua experiência na atuação de educadora social, quais as limitações da profissão, as dificuldades encontradas no exercício de suas funções, além de discutir as atualizações nas legislações que regulamentam a profissão em todo o território nacional.

Apesar dessas contribuições, o estudo apresenta algumas limitações. A análise foi baseada principalmente em fontes documentais e ferramentas tecnológicas, restringindo a triangulação de dados com fontes primárias, como entrevistas ou inquéritos. Além disso, a dependência da qualidade das fontes documentais pode ter limitado a representatividade dos resultados, especialmente em regiões menos estudadas. Ainda assim, a abordagem metodológica adotada contribuiu significativamente para a compreensão dos desafios enfrentados pela profissão, delineando caminhos para o fortalecimento do papel do educador social no Brasil. O uso de ferramentas como o ResearchRabbit e o Google NotebookLM demonstrou ser uma abordagem inovadora, contribuindo para ampliar a eficiência e profundidade da análise documental e fornecendo análises relevantes para a área.

O uso desses softwares baseados em inteligência artificial, foi essencial para rastrear e organizar fontes relevantes, ampliando a abrangência da pesquisa documental. A ferramenta permitiu não apenas criar coleções de artigos continuamente aprimoradas, mas também identificar publicações de autores frequentemente citados, como Verônica Regina Muller, destaque no Brasil pela sua contribuição à área de educação social. Além disso, o ResearchRabbit facilitou a visualização das conexões entre autores e temas, oferecendo uma análise aprofundada das redes colaborativas no campo de estudo. A Figura 1 ilustra a interface do ResearchRabbit, destacando as funcionalidades utilizadas na pesquisa, como a identificação de autores relevantes, as suas interconexões acadêmicas e a categorização de trabalhos relacionados ao tema da educação social.

Figura 1. Rede de Autores e Produção Científica sobre Educação Social no Brasil



Adicionalmente, o Google NotebookLM foi utilizado para transformar os dados recolhidos em materiais organizados, o que facilitou a identificação de categorias e padrões. Essas tecnologias não apenas economizaram tempo, mas também proporcionaram um suporte analítico consistente, garantindo maior rigor metodológico. Essa forma sistemática de análise, permitiu identificar padrões e categorias recorrentes nos materiais recolhidos, bem como a interpretação aprofundada das informações.

Futuras pesquisas podem explorar a percepção dos próprios educadores sociais e de outros atores envolvidos, como gestores públicos e utilizadores das políticas sociais, para fornecer uma visão integral do impacto da profissão. Além disso, estudos comparativos entre o Brasil e outros países com regulamentação consolidada, como Portugal, podem oferecer dados valiosos para a construção de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da profissão. A valorização do educador social é essencial para a promoção de uma sociedade mais justa, e esta pesquisa contribui ao destacar os passos necessários para consolidar a educação social como ferramenta de transformação.

4 CONCLUSÃO

Este estudo analisou os desafios enfrentados pelos educadores sociais no Brasil, com foco na regulamentação, formação e reconhecimento da profissão. Os resultados deste estudo evidenciam os principais desafios enfrentados pelos educadores sociais no Brasil, destacando três dimensões centrais: a ausência de regulamentação formal, a falta de reconhecimento profissional e as lacunas na formação.

A análise revelou que a inexistência de uma legislação específica compromete a consolidação da identidade profissional, resultando em condições precárias de trabalho e pouca integração em políticas públicas. Além disso, o reconhecimento social limitado da profissão, frequentemente confundida com outras áreas, como a assistência social, contribui para a invisibilidade dos educadores sociais. Por fim, a carência de uma formação estruturada e continuada restringe a capacidade desses profissionais de atuar de forma eficaz em contextos de alta vulnerabilidade, comprometendo a implementação de políticas inclusivas e transformadoras. Estes achados reforçam a necessidade de avanços estruturais e políticas públicas direcionadas para o fortalecimento da profissão.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. et al. Transformações sociais e a atuação do educador social no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Social*, v. 3, n. 1, p. 15–32, 2017.

BAULI, Régis Alan; MÜLLER, Verônica Regina. *Educador social no Brasil: normatização e profissionalização*. Chapecó: Editora Livrológica, 2020.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 2.941, de 2019. Regulamenta a profissão de educador social. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2093383. Acesso em: 20 jan. 2025.

COLE, V.; BOUTET, M. ResearchRabbit. *JCHLA / JABSC*, v. 44, n. 1, p. 43–47, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.29173/jchla29699>. Acesso em: 11 dez. 2024.

FERREIRA, J. M. A construção da profissão de educador social no ensino superior brasileiro: novas possibilidades de formação? *Interfaces Científicas - Educação*, v. 3, n. 1, p. 11–20, 2016.

HUFFMAN, P.; HUTSON, J. Enhancing History Education with Google NotebookLM: Case Study of Mary Easton Sibley's Diary for Multimedia Content and Podcast Creation. *ISRG Journal of Arts, Humanities and Social Sciences*, v. 2, n. 5, 2024.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da FUCAMP*, v. 20, n. 44, 2021.

MACHADO, É. R.; SEVERO, J. L. R. de L.; RODRIGUES, M. de F. Pedagogia, pedagogia social e educação social no Brasil: Entrecruzamentos, tensões e possibilidades. *Interfaces Científicas - Educação*, v. 3, n. 1, p. 11–20, 2014.

MOSS, P.; PETRIE, P. Educação e pedagogia social: Que relação? *Revista Interfaces Pedagógicas*, v. 2, n. 1, p. 30–45, 2019.

OLIVEIRA, M. R. et al. (org.). *Educador social no Brasil: desafios e perspectivas*. São Paulo: Editora Social, 2023.

PAEZ, Arsenio. Gray literature: An important resource in systematic reviews. *Journal of Evidence-Based Medicine*, v. 10, n. 3, p. 233–240, 2017.

SERAPICOS, A. M. Alguns desafios que se colocam à Educação Social. *Revista de Educação Social*, v. 10, n. 2, p. 15–28, 2006.

SOUZA M., M. C.; COSTA, A. P. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*, n. 40, p. 11–25, 2018.

UJIE, Nájela Tavares; NATALI, Paula Marçal; MACHADO, Érico Ribas. Contextos da formação do educador social no Brasil. *Educação Unisinos*, v. 13, n. 2, p. 117–124, 2009.